

Uma brasileira honorária

An honorary Brazilian

José Paulo Netto*

Minha parca competência jurídico-administrativo não me permite discorrer com segurança sobre a concessão do título de *cidadão/dã honorário/a* – sei apenas que é uma honraria, conferida no Brasil geralmente pelo Poder Legislativo a um homem ou a uma mulher que presta/prestou serviços relevantes, em determinada comunidade e em campo específico (cultura, ciência ou outro, entre tantos). Ao atribuir-lhe o título, uma instância do poder reconhece-o/a como merecedor/a dessa alta homenagem.

Na minha limitada condição de simples cidadão, carente de qualquer outro poder que não o livre uso razão, da palavra e da escrita, ousar, todavia, propor que consideremos – em especial os/as assistentes sociais – uma cidadã portuguesa como pessoa qualificada a receber a honraria. Vale dizer: proponho que se lhe conceda o título de brasileira honorária.

A mulher em questão é Alcina Martins (nome de pia: Alcina Maria de Castro Martins). Ela nasceu em Coimbra, em maio de 1955. Em 1973 ingressou no curso de Serviço Social da sua cidade natal – à época, existiam em Portugal apenas três cursos formadores de assistentes sociais, os *institutos superiores* de Lisboa, Coimbra e Porto –, que concluiu em 1977. Neste mesmo ano, evidenciados os seus talentos, ingressou no magistério, no Instituto de Coimbra, aposentando-se em 2022. E digo-o, sem temer a inevitável repetição vocabular: trata-se de uma personalidade que jamais *se serviu* do Serviço Social – ao contrário, sempre *serviu ao* Serviço Social e até hoje atua prestando a sua ativa contribuição a este campo profissional.

A vida acadêmica de Alcina Martins registra uma rara produtividade intelectual, própria de uma pesquisadora incansável. Possui textos, individuais ou em coautoria, publicados em Portugal, no Brasil, no Chile, no Reino Unido, no Canadá, na Alemanha e na Itália – cerca de duas dezenas de escritos. É da sua lavra um ensaio fundamental para o conhecimento do Serviço Social em Portugal,

HOMENAGEM DE VIDA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89055>.

*Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil.
E-mail: jpnetto@uol.com.br.

COMO CITAR: NETTO, J. P.
Uma brasileira honorária. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 233-238, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89055>.

Recebido em 15 de setembro de 2024.

Aprovado para publicação em 05 de outubro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

uma substantiva análise, minuciosa e documentada, da origem e do evoluir da profissão no país até o fim da Segunda Guerra Mundial: *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*¹. Esta obra permanece, 25 anos após a sua publicação, uma referência inarredável na bibliografia profissional.

Mencionei, linhas acima, que Alcina Martins é uma pesquisadora incansável – caberia caracterizá-la, mais rigorosamente, como uma pesquisadora de excelência. Foi uma das fundadoras, em 1993, do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS) — a primeira associação científica voltada para a pesquisa da história da profissão no país. Ademais de fomentar as atividades de pesquisa no Instituto Superior Miguel Torga – designação atual do antigo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra –, Alcina Martins mantém vinculações com o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese), do Porto, e participou da fundação da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, em 2016, e nela continua trabalhando. É ainda integrante do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (Clissis), da Universidade Lusíada (Lisboa).

No Brasil, no grande projeto de pesquisa de que resultou o imprescindível volume *A história pelo avesso. A Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*, organizado pelas professoras Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos (2021), Alcina Martins marca presença². Um pouco antes, um artigo seu, em coautoria, foi coligido por Maria Carmelita Yazbek e Marilda Villela Iamamoto em *Serviço Social na história. América Latina, África e Europa* (2019); juntamente com as professoras Sandra de Faria e Walderez Loureiro Miguel, Alcina Martins organizou o livro *Formação em Serviço Social. História, memória e projetos. Goiás-Brasil e Coimbra-Portugal* (2020) e sua contribuição também comparece no material reunido por Andrea A. Vale e Larissa D. Pereira em *O ensino à distância na formação em Serviço Social. Análise de uma década* (2019)³. Além dessas intervenções, a pesquisadora tem mantido, no presente século, um diálogo constante com o nosso Serviço Social, frequentando e enriquecendo encontros acadêmicos e profissionais aqui realizados.

Mas o motivo principal que me leva a propor que a consideremos uma brasileira honorária não se deve à sua brilhante carreira docente – deve-se à sua relação objetiva

1 Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, 413 pp. – com nova edição em 2010.

2 Ver, nesta obra, as pp. 92-108.

3 Permito-me lembrar, ainda, que Alcina Martins colaborou no livro, organizado pelas professoras Adrianycy A. Silva de Sousa e Mavi Rodrigues, *O marxismo impenitente de José Paulo Netto* (S. Paulo: Outras expressões, 2019), com um ensaio sobre as minhas atividades em Portugal na sequência da Revolução dos Cravos (1974), que pôs fim à quase quinquentenária ditadura fascista de Antônio de Oliveira Salazar, nefando regime político a que ela sempre se opôs.

com o Brasil e ao seu protagonismo na relação direta e personalizada que estabeleceu com muitos/as assistentes sociais brasileiros/as.

No caso da relação objetiva com o Brasil, Alcina Martins, em suas diversas estâncias em nosso país, não se limitou a dele ter a visão de uma turista accidental (basta observar que chegou até a passar dias na ilha de Marajó para conhecer a cultura marajoara): ela palmilhou as principais unidades federadas e perscrutou as várias expressões da “questão social” em muitas das nossas regiões; e mais: familiarizou-se com os nossos literatos e artistas e, em se tratando de Serviço Social, examinou com cuidado o melhor do acervo da nossa bibliografia profissional. Sem deixar de lado a perspectiva crítica que orienta toda a sua vida, desenvolveu uma relação com o Brasil e a nossa cultura profundamente amorável.

Quanto à relação direta entre assistentes sociais brasileiros/as e portugueses/as, vale recordar que elas *não* precedem à primeira metade da década de 1970; tudo indica que, antes, elas foram pontuais e episódicas. Ao que sei, no início dos anos 1960, duas assistentes sociais gaúchas – Lúcia Gavelo Castilho e Lourdes Medeiros, ambas docentes da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – ministraram cursos breves no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (no velho e saudoso casarão do Largo do Mitelo). Doutra parte, tenho informações de que Teresa Abrantes, assistente social católica, perseguida pelo salazarismo por participar da “vigília da Capela do Rato”, em 1963 esteve algum tempo no Brasil, frequentando aulas na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo⁴.

Só após a Revolução dos Cravos os/as assistentes sociais portugueses/as começaram a manter contatos regulares com seus/suas colegas brasileiros/as e mesmo latino-americanos/as. Logo que se viu livre dos torcionários do genocida Augusto Pinochet, o primeiro assistente social brasileiro que passou por Lisboa, divulgando as ideias da *Reconceitualização*, foi Vicente de Paula Faleiros. Quase simultaneamente, o uruguaio Herman Kruse esteve na capital portuguesa, em conversações com Tília Fonseca, à época docente do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL).

4 Sabe-se que a ditadura fascista de Salazar, ao longo dos seus 48 anos de existência, sempre se confrontou com diferentes setores de oposição, ainda que somente uma única organização política tenha resistido no combate a ela por todas essas quatro décadas – o Partido Comunista Português.

A Igreja católica, como instituição, jamais se opôs à ditadura fascista: a sua cúpula esteve teimosamente associada ao salazarismo. Entretanto, entre os leigos, na transição dos anos 1950/1960, gestou-se uma pequena, mas significativa, fração que se incorporou corajosamente à luta democrática. Esta fração iniciou, a 30 de dezembro de 1962, uma vigília na Capela do Rato (Lisboa) em protesto contra o regime de Salazar e a guerra colonial. O evento foi objeto da imediata e violenta repressão desatada pela ditadura.

Sugiro aqui a leitura do belo artigo de Alcina Martins acerca da profissão sob o fascismo, *Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical*, publicado na Revista Em Pauta. Rio de Janeiro: UERJ, nº. 40, vol. 15, 2º. semestre de 2017.

De fato, a liquidação da ditadura salazarista possibilitou aos/às assistentes sociais portugueses/as o estabelecimento de relações regulares, institucionais, com o Serviço Social de outros países, ao mesmo tempo em que permitiu que emergissem novas formas associativas (exemplificadas na criação, em 1975-1976, da Associação dos Profissionais de Serviço Social - APSS) e que ganhassem força as tendências profissionais renovadoras, que se gestavam, já antes, mas sob a asfixia fascista, no próprio corpo profissional lusitano.

No que toca às relações com o Brasil, uma grande viragem só se concretizaria na segunda metade da década de 1980, quando se firmou a colaboração entre o ISSSL e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), depois ampliada com a participação do Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP). Na base desta viragem, estiveram, em Lisboa, Maria Augusta Negreiros, docente do ISSSL e notável liderança profissional e, em São Paulo, os esforços da respeitada Miriam Veras Batista, docente da PUC-SP.

O convênio ISSSL/PUC-SP, firmado por Maria Augusta Negreiros e Luiz Eduardo Wanderley, então lúcido reitor da PUC-SP, marcou efetivamente a viragem nas relações institucionais do Serviço Social de nossos países – entre as suas várias implicações, conta-se a abertura da formação pós-graduada para docentes portugueses/as⁵. O convênio possibilitou, de um lado, o acesso de docentes portugueses/as a mestrados e doutorados – aliás, a primeira doutora titulada no marco do convênio foi exatamente Alcina Martins. É de salientar que os/as profissionais que se pós-graduaram no seu marco desempenham hoje, em Portugal, papéis de indiscutível proeminência (listá-los aqui não seria cabível, mas há que mencionar, dentre muitos, pelo seu protagonismo ainda atual, três deles/delas: Júlia Cardoso, Fernanda Rodrigues e Francisco Branco). O convênio, ademais, criou as condições elementares e necessárias para que, na passagem dos anos 1990/2000, se constituíssem mestrados e doutorados autônomos e competentes no quadro do ensino superior português. Caberia assinalar que os ganhos dessas relações institucionais foram também partilhados pelos/as pesquisadores/as brasileiros/as⁶.

Pois bem: no marco dessas relações, Alcina Martins transformou, nos últimos 25 anos, a sua amorável relação com o Brasil, como a designei linhas acima, em uma igualmente concreta e amorável relação acadêmica e pessoal com os/as brasileiros/as que fo-

5 Há expressiva documentação sobre o que penso ser esta viragem nas relações entre o Serviço Social dos nossos países. Boa amostra de tal documentação é o artigo de Kathiuscia F. Coelho e Olegna S. Guedes, *O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas*. Revista Serviço Social & Sociedade. S. Paulo: Cortez, nº. 142, set./dez. 2021.

6 Não me é possível, aqui, tematizar os impactos positivos do convênio citado para a parte brasileira. Assinalo apenas que, a seu abrigo, pesquisadoras brasileiras – entre as quais destaco Maria Carmelita Yazbek, Miriam Veras Batista e Aldaíza Sposati – puderam avançar em projetos de pesquisa com colegas de Portugal.

ram desenvolver/ampliar sua formação universitária em Portugal. As portas do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), ela as abriu de par em par para todos/as aqueles/as que demandaram a sua colaboração – foi, de fato, quem os/as acolheu afetuosamente nos meses em que lá complementaram seus estudos. Todos/as encontraram em Alcina Martins uma orientação segura, oferecida generosamente por uma pesquisadora sempre sensível às novas ideias, disposta a compartilhar os seus conhecimentos a cada dia atualizados e a respeitar a autonomia daqueles/as que tiveram a sorte de desfrutar da sua tutoria. Firme e enérgica nas suas posições, mas – sem as leniências do relativismo atrás do qual muitos se protegem para desonerar-se das grandes responsabilidades colocadas pelas problemáticas contemporâneas – capaz de ouvir e compreender o diferente, o alternativo, o divergente. Neste século que põe ao Serviço Social desafios cruciais, Alcina Martins tem sido um sólido referencial de competência e honestidade intelectual e acadêmica – e não só na formação profissional dos seus concidadãos: seu protagonismo na formação pós-graduada de assistentes sociais brasileiros/as que se aperfeiçoam em Portugal é exemplar e único. Por isto, a meu juízo, ela deve ser a nossa *brasileira honorária*.

Permito-me, enfim, evidenciar ao leitor que, formulando as avaliações contidas nestas poucas páginas, procurei ser objetivo; porém, ao largo da minha já longa trajetória, jamais identifiquei objetividade à “neutralidade” e/ou “imparcialidade” – sempre escolhi *um* lado dentre os vários possíveis. Em face de Alcina Martins, também não cultivo a “imparcialidade”. É que, para além do respeito e da admiração intelectuais que nutro por ela, somos amigos há décadas – e desfrutar da sua amizade é uma das preciosidades que a vida me regalou.

Recreio dos Bandeirantes/RJ, setembro de 2024.

Referências

COELHO, K. F.; GUEDES, O. S. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº. 142, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.264>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FARIA, S. de; MARTINS, A. M. C.; MIGUEL, W. L. (orgs.). *Formação em serviço social, história, memória e projetos, Góias-Brasil e Coimbra-Portugal*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2020.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. dos (orgs.). *A história pelo avesso*. A Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

MARTINS, A. M. C. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, 413 pp.

MARTINS, A. M. C. Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*. Rio de Janeiro, nº. 40, vol. 15, 2º sem. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2017.32722>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MARTINS, A. M. C. Processo de Bolonha, Ensino a Distância e a formação em Serviço Social em Portugal. In: VALE, A. A. do; PEREIRA, L. D. *O ensino a distância na Formação em Serviço Social*. Análise de uma década, Rio de Janeiro: Capes, 2019. pp. 92-108. Disponível em: <https://ppgssdr.uff.br/wp-content/uploads/sites/252/2022/09/LIVRO-EAD-NO-SESO-ANDREA-VALE-E-LARISSA-DAHMER.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.